

**DIRETORIA EXECUTIVA DO CIMOP
DIRETORIA EXECUTIVA DO CIMOP ADITIVO DE
CONTRATO DE PROGRAMA Nº 007/2024 E CONTRATO DE
RATEIO Nº 2024007/001**

**DIRETORIA EXECUTIVA DO CIMOP
ADITIVO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº 007/2024 E
CONTRATO DE RATEIO Nº 2024007/001**

Contrato de Programa Nº 007/2024

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a renovação do prazo de vigência do contrato de programa Nº 007/2024, bem como do contrato de rateio Nº 2024007/001, por mais 12 (doze) meses, com início em 15 de novembro de 2025 e término em 14 de novembro de 2026.

Partes: Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Oeste Potiguar - CIMOP, inscrito no CNPJ nº 15.185.079/0001-40, representado pelo Presidente, Sr. Marcos Aurélio de Paiva Rêgo, Prefeito Municipal de Riacho da Cruz/RN.

Município de VIÇOSA/RN, inscrito no CNPJ Nº 08.158.198/0001-48, representado pelo Prefeito, Sr. Victor Ramon Alves.

Vigência: O contrato tem vigência até 14/12/2026, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

Fundamentação Legal: Art. 241 da Constituição Federal, Art. 13 da Lei Federal 11.107, de 6 de abril de 2005, Art. 19 e 30 do Decreto nº 6.017/2007, Art. 75, XI da Lei Federal 14.133/2021, pela Lei Federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007, Lei nº 12.305/2010.

Publicação: Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011.

Ratificação: Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato original. E, por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos legais pertinentes, na presença das testemunhas adiante assinadas.

Data de Assinatura: 14 de novembro de 2025.

Assinam:

Marcos Aurélio de Paiva Rêgo, Presidente do CIMOP.

Victor Ramon Alves, Prefeito Municipal de Viçosa/RN.

Publicado por:

Daniel Alves da Silva

Código Identificador:86653902

**DIRETORIA EXECUTIVA DO CIMOP
EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO AO
CONTRATO DE RATEIO Nº 18-A/2025**

**EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO AO
CONTRATO DE RATEIO Nº 18-A/2025**

ADITIVO DE RENOVAÇÃO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 18-A/2025– CIMOP. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE POTIGUAR - CIMOP, CNPJ: 15.185.079/0001-40. CONSORCIADO: MUNICÍPIO DE TABOLEIRO GRANDE, CNPJ: 08.157.810/0001-68. OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a renovação do prazo de vigência do contrato de rateio Nº 18-A/2025, por mais 12 (doze) meses. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 241 da Constituição Federal, Art. 13 da Lei Federal 11.107, de 6 de abril de 2005, Art. 19 e 30 do Decreto nº 6.017/2007, Art. 75, XI da Lei Federal 14.133/2021, pela Lei Federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007, Lei nº 12.305/2010 **VALOR TOTAL:** Os valores permanecem inalterados **VIGÊNCIA:** 31 de dezembro de 2026. **ASSINAM: KLÉBIA FERREIRA BESSA FILGUEIRA –** Prefeito(a) Municipal e Marcos Aurélio de Paiva Rêgo – Presidente do CIMOP. **DATA DA ASSINATURA:** 12 de janeiro de 2026.

Publicado por:

Daniel Alves da Silva

Código Identificador:723395E5

**DIRETORIA EXECUTIVA DO CIMOP
EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO AO
CONTRATO DE RATEIO Nº 37-A/2025**

**EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO AO
CONTRATO DE RATEIO Nº 37-A/2025**

ADITIVO DE RENOVAÇÃO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 37-A/2025– CIMOP. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE POTIGUAR - CIMOP, CNPJ: 15.185.079/0001-40. CONSORCIADO: MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA, CNPJ: 08.349.086/0001-74. OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a renovação do prazo de vigência do contrato de rateio Nº 37-A/2025, por mais 12 (doze) meses. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 241 da Constituição Federal, Art. 13 da Lei Federal 11.107, de 6 de abril de 2005, Art. 19 e 30 do Decreto nº 6.017/2007, Art. 75, XI da Lei Federal 14.133/2021, pela Lei Federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007, Lei nº 12.305/2010 **VALOR TOTAL:** Os valores permanecem inalterados **VIGÊNCIA:** 31 de dezembro de 2026. **ASSINAM: SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA –** Prefeito(a) Municipal e Marcos Aurélio de Paiva Rêgo – Presidente do CIMOP. **DATA DA ASSINATURA:** 12 de janeiro de 2026.

Publicado por:

Daniel Alves da Silva

Código Identificador:A78AD798

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN**

**DIRETORIA
ATA DA 12ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RIO
GRANDE DO NORTE – COPIRN**

**ATA DA 12ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RIO
GRANDE DO NORTE – COPIRN**

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco (22.12.2025), realizou-se a Assembleia Geral Ordinária do COPIRN, conforme a Convocação constante do Edital de Convocação de Assembleia Geral, nos seguintes termos: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN – COPIRN - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - Convocamos os prefeitos e prefeitas dos municípios consorciados ao COPIRN, para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 22 de dezembro de 2025, às 10h00 (dez) horas; evento semipresencial, cuja participação poderá se dar presencialmente na sede do COPIRN (Rua Dr. Abelardo Calafange, 1828 – Nova Descoberta – Natal/RN), ou de forma online pelo App Teams, cujo link de acesso será disponibilizado para o mesmo, em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) às 10h00 e em segunda convocação, às 10h30 (dez e trinta) horas, com qualquer número de gestores municipais, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Abertura – Pelo Presidente do Conselho Diretor, Prefeito Antônio Marcos Freire; 2) Aprovação do Orçamento para 2026; 3) Aprovação da Inclusão de Exames na Tabela de Serviços de Saúde / COPIRN; 4) Aprovação do Valor do Contrato de Rateio para 2026; 5) Aprovação da correção salarial pelo índice do IPCA; 6) Informação sobre a transferência de recursos financeiros para retenção do Imposto de Renda; 7) Apresentação dos Arranjos para Gestão Conjunta de Resíduos Sólidos Urbanos: Grupo de Caiçara do Rio do Vento: (Caiçara do Rio do Vento, Jardim de Angicos e Pedra Preta); e Grupo de Pedra Grande: (Caiçara do Norte, Parazinho, Pedra Grande e São Bento do Norte); 8) Informação da retomada do Convênio nº. 621/2020 – Educação Ambiental; 9) Informes Gerais. Natal, 11 de dezembro de 2025. Antônio Marcos Freire – Presidente. A Assembleia Geral Ordinária do COPIRN, foi presidida pelo prefeito consorciado Antônio Marcos Freire, Presidente do COPIRN, o qual, às 10h00m assumiu a direção dos trabalhos e, verificado o número insuficiente de gestores municipais consorciados presentes, para cumprir a primeira convocação, efetuou a segunda convocação para às 10h30m, a realizar-se com qualquer número de gestores presentes, deu por aberta a Assembleia Geral Ordinária do COPIRN, verificando-se a

presença e participação de vinte e cinco (25) municípios consorciados, contando com as presenças e participações de Prefeitos municipais e demais Gestores na condição de Secretários municipais, Agentes e Técnicos representantes municipais, conforme listagem feita, constando os seguintes nomes: Antônio Marcos Freire – Prefeito Municipal de Senador Georgino Avelino; Marianna Almeida Nascimento – Prefeita Municipal de Pau dos Ferros; José Augusto de Freitas Rego - Prefeito Municipal de Portalegre; José Nildo Galdino - Prefeito Municipal de Lagoa de Velhos; Marcos Aurélio de Paiva Rego – Prefeito de Riacho da Cruz; Miguel Pinheiro Neto – Prefeito de Angicos; Josinaldo Amaro de Lima – Prefeito de São Tomé; Macário Silva de Carvalho – Prefeito Municipal de Água Nova; Igo Nielson de Queiroz e Silva – Prefeito de Jucurutu; Ariosvaldo Bandeira Junior – Prefeito Municipal de Taipu; Manoel Cunha Neto – Prefeito de Area Branca. -Representantes Oficiais (oficializados): Ivna Laissa Angelo de Medeiros – Chefe Gabinete Civil da Prefeitura de Santa Cruz; Nakai Kiroks Maia Pereira – Operador da Secretaria de Saúde de Apodi; Marília Gabriela Batista de Melo – Procuradora do Município de João Dias; Sheila dos Santos Verde – Secretária Municipal de Saúde de Angicos; Pedro Alves Neto – Assessor da Prefeitura Municipal de Jardim de Angicos; Poliana Alves Porfírio – Secretária Municipal de Saúde de São Francisco do Oeste; Maria de Lourdes Queiroz Monteiro – Secretária Municipal de Saúde de Ceará-Mirim; Suênia Karla Melo de Carvalho Gonçalves – Secretária Municipal de Saúde de Monte das Gameleiras; Damir da Silva – Secretário Municipal de Saúde de Venha-Ver; José Jácome Filho – Secretário Municipal de Saúde de Marcelino Vieira; Maria do Socorro Araujo Cunha – Secretária Municipal de Saúde de Lucrécia; Antonio Eric de Souza – Secretário Municipal de Saúde de Areia Branca; David Bruno de Moura Gomes – Secretário Municipal de Saúde de São Pedro; Jackeline Gurgel Câmara – Secretária Municipal de Saúde de Felipe Guerra; Kátia Cristina Câmara de Oliveira – Secretária Municipal de Saúde de São Tomé, além dos seguintes componentes da gestão e do corpo administrativo, jurídico e técnico do COPIRN, a saber: Prefeito Antônio Marcos Freire, Presidente; Selma Santiago Nunes, Diretora Executiva; Francisco Alves da Costa Sobrinho – Coordenador de Planejamento, Gestão e Inovação; Polyana Delgado Guará – Coordenadora de Orçamento e Finanças; Luiz Augusto Galvão Souza – Advogado, Assessor Jurídico; Werbert Benigno de Oliveira Moura – Advogado, consultor de contratos e convênios; Natalia Maria Diniz Ferreira – Assessora da Coordenadoria de Planejamento, Gestão e Inovação; Engenheira Julia Gadelha Lucas da Silva - integrante da equipe técnica; Kamila Mayara Marinho dos Santos Grilo – Assessora de gabinete; Ailton da Silva Costa Júnior – Setor de contratos e convênios; Charles Araújo de Queiroz e Jéssica Rebecca Ferreira Marinho - Setor de Regulação do Programa de Saúde; Aurimagna Teixeira de Souza – Auxiliar do Setor Financeiro; e Renato Monteiro Batista – Suporte técnico de informática. A seguir, o Presidente Antônio Marcos Freire fez a leitura da pauta, enfocando os pontos principais das comunicações e possível discussão e votação a serem efetuadas, tratando-se do seguinte: 1) Aprovação do Orçamento para 2026; 2) Aprovação da Inclusão de Exames na Tabela de Serviços de Saúde / COPIRN; 3) Aprovação do Valor do Contrato de Rateio para 2026; 4) Aprovação da correção salarial pelo índice do IPCA; 5) Informação sobre a transferência de recursos financeiros para retenção do Imposto de Renda; 6) Apresentação dos Arranjos para Gestão Conjunta de Resíduos Sólidos Urbanos: Grupo de Caiçara do Rio do Vento: (Caiçara do Rio do Vento, Jardim de Angicos e Pedra Preta); e Grupo de Pedra Grande: (Caiçara do Norte, Parazinho, Pedra Grande e São Bento do Norte); e, possivelmente, Grupo Macau (Macau, Pendências, Alto do Rodrigues, Guamaré, Jandaira); 7) Informação da retomada do Convênio nº. 621/2020 – Educação Ambiental; 8) Informes Gerais. Após a saudação, abertura da Assembleia e apresentação da Pauta, o Presidente do Conselho Diretor, Prefeito Antonio Marcos Freire, passou a palavra para a Senhora Selma Santiago Nunes, Diretora Executiva do COPIRN, para efetuar as chamadas dos integrantes do corpo de gestores, assessores e técnicos do COPIRN para as devidas apresentações dos pontos da Pauta. Usando da palavra, a Diretora Executiva do COPIRN disse que, “como o Presidente acabou de denominar a pauta, nós agora faremos as apresentações dos itens, submetendo-os à aprovação, sequencialmente”. Convidou Polyana Delgado Guará, Coordenadora de Orçamento e Finanças do COPIRN que fez a explanação para a aprovação da Proposta Orçamentária do COPIRN referente ao

exercício de 2026, discorrendo sobre isto, dizendo: Vou apresentar aqui o Orçamento do COPIRN para 2026, cuja proposta orçamentária está estruturada da seguinte forma, perfazendo um valor total de R\$41.588.000,00 (Quarenta e um milhões e quinhentos e oitenta e oito mil reais), sendo assim distribuídos: 1º.) na Manutenção e no funcionamento do COPIRN, R\$3.360.000,00 (Três milhões e trezentos e sessenta mil reais); 2º.) Contratação de Serviços Especializados de Saúde de Média e Alta Complexidade e Cirurgias Eletivas: R\$33.600.000,00 (Trinta e três milhões e seiscentos mil reais); 3º.) Na elaboração e atualização de Planos Municipais de Saneamento Básico: R\$40.000,00 (Quarenta mil reais); 4º.) Na continuidade do Projeto de Educação em Saúde Ambiental - que é um saldo de Convênio nº. 621/2020 - do COPIRN com a FUNASA): R\$2.988.000,00 (Dois milhões e novecentos e oitenta e oito mil reais); 5º.) e no Programa de Manejo e Destinação Adequada de Resíduos Sólidos: R\$100.000,00 (Cem mil reais); para a construção da sede do COPIRN: R\$1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil reais). Total: R\$41.588.000,00 (Quarenta e um milhões e quinhentos e oitenta e oito mil reais). Continuando, explicou que tais valores foram distribuídos da seguinte forma: Na Ação 2001 – Manutenção e funcionamento do COPIRN, nas seguintes atividades: 3190.04 – Pessoal = R\$1.140.000,00 (Um milhão e cento e quarenta mil reais); 3390.14 - Para diárias: R\$80.000,00 (Oitenta mil reais); 3390.30 - Material de Consumo: R\$60.000,00 (Sessenta mil reais); 33.90.33 - Passagens e despesas com locomoção: R\$100.000,00 (Cem mil reais); 3390.36 – Outros serviços de terceiros Pessoa Física: R\$260.000,00 (Duzentos e sessenta mil reais); 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R\$1.000.000,00 (Um milhão de reais); 3390.47 – Obrigações Tributárias e Contributivas: R\$430.000,00 (Quatrocentos e trinta mil reais). 3390.92 - Despesas de Exercícios Anteriores: R\$60.000,00 (Sessenta mil reais); 3390.93 - Indenizações e Restituições: R\$80.000,00 (Oitenta mil reais); e 4490.52 - Material Permanente: R\$150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais). Na Ação 1004 – Contratação de Serviços Especializados de Saúde de Alta e Média Complexidade, na Atividade 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica: R\$33.600.000,00 (Trinta e três milhões e seiscentos mil reais); Na Ação 1005 - Elaboração e atualização de Planos Municipais de Saneamento Básico, recursos próprios dos municípios, distribuídos nas seguintes atividades: 3390.36 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física = R\$ R\$20.000,00 (Vinte mil reais); Nas Atividades 3390.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica = R\$ R\$20.000,00 (Vinte mil reais); Na Ação 1006 – implantação (continuidade) do Projeto de Educação em Saúde Ambiental – Circuito de Combate ao Mosquito Aedes Aegypti, saldo do Convênio nº. 621/2020 – FUNASA/COPIRN, na Atividade 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, no valor de R\$2.988.000,00 (Dois milhões e novecentos e oitenta e oito mil reais). Além disso, na Ação 1007 - no Programa de Manejo e Destinação Adequada de Resíduos Sólidos: R\$100.000,00 (Cem mil reais), na Atividade 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica: R\$100.000,00 (Cem mil reais) e na Ação 1008 – Construção da Sede do COPIRN, nas Atividades 4490.51 - em “Obras e Instalações” R\$900.000,00 (Novecentos mil reais); e 4490.61 - Aquisição de um imóvel ou terreno R\$600.000,00 (Seiscentos mil reais). Desta maneira, o Orçamento do COPIRN para o Exercício Financeiro de 2026, tem o valor total de R\$41.588.000,00 (Quarenta e um milhões, quinhentos e oitenta e oito mil reais) Após esta apresentação, o Presidente do Conselho Diretor do COPIRN, Prefeito Antonio Carlos Freire, dizendo tratar-se do primeiro item, perguntou se algum dos presentes pretendia tecer algum comentário, submeteu a proposta à aprovação, obtendo breves comentários favoráveis, como da Prefeita de Pau dos Ferros, Marianna Almeida, dizendo: Por mim, pode seguir, aprovando a mesma. O Prefeito de Riacho da Cruz, Marcos Aurélio Rêgo, disse achar tudo em conformidade e que também pode seguir, favorável à aprovação. Igualmente, o Prefeito Miguel Pinheiro Neto, de Angicos, dizendo que poderia dar continuidade. Neste momento, o Presidente Antonio Marcos Freire, submeteu à aprovação, dizendo que quem concordasse com a aprovação permanecesse como estava e quem não concordasse poderia se manifestar, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade. Dando continuidade, solicitou à Coordenadora de Orçamento e Finanças, Poliana Guará, que fizesse a Apresentação do item 6, tratando-se de informação sobre a transferência para as Prefeituras de recursos financeiros da retenção do Imposto de Renda, dizendo que ela já apresentou no orçamento e

fez um breve comentário sobre este item, tendo ela dito que trata-se apenas de um Informativo sobre a retenção que foi efetuada durante esse ano, dizendo: “nós estamos finalizando os pagamentos desde dezembro e as que ainda faltam ser feitas, complementando: Eu creio que até dia 29 a gente esteja devolvendo as retenções para os municípios. A gente já solicitou as contas para realizarmos estas transferências, todos estão comunicados, e aqueles municípios que ainda não passaram a sua conta, pedimos que entrem em contato conosco para que possamos cadastrar a conta e proceder a devolução. Nesta oportunidade, o Presidente Antonio Marcos Freire falou da devolução do imposto e disse que “só para melhorar aqui, eu vou pedir para depois o pessoal passar os municípios que ainda não informaram a conta para essa transferência do imposto, tá, gente? Assim, Polyana vai ficar ainda mais a par da real situação e passar para todo mundo.” Indagando: Quem ainda não passou a conta? Sugerindo que todos se interessassem para colocar em dia. Havendo, ainda um breve comentário de Selma Santiago, Diretora Executiva, dizendo: “A gente tem desde o início do ano essa resolução. É para devolução, dessa retenção, problema, que é mínimo. Decidimos e fizemos já esse comentário com alguns municípios para que essa devolução fosse feita no total porque é mínimo o valor que vários municípios vão receber. Então era melhor que a gente fizesse somente uma devolução no final do exercício. Qualquer dúvida os municípios podem nos procurar para que a gente possa fazer maiores explicações, obrigado.” Após esta participação, e, continuando, a Diretora Executiva, Selma Santiago Nunes, dando continuidade, assim se expressou: A gente fez uma pesquisa mercadológica para inserção, inclusão de três exames de alta e média complexidade na nossa tabela. E eu vou pedir aqui a Charlyles do setor de regulação para fazer essa explicação. Quais foram os exames? Quais serão os exames que serão incluídos agora na tabela? Após esta explanação, submeter à aprovação, para que a gente possa, incluí-los na tabela e publicar essa tabela no site. Então venha, Charlyles, por favor! Iniciando sua fala, tivemos a participação de Charlyles Araujo de Queiroz, do COPIRN - Setor de Regulação de Consultas e Exames, que passou a explicar o seguinte: Bom dia a todos e a todas. Eu me chamo Charlyles. Vamos aqui começar. Fizemos uma pesquisa mercadológica em relação a alguns procedimentos que sempre são cotados pelos municípios na medida do ano. Um deles é o Angiotomografia Coronariana, infelizmente, como vocês podem ver aí, foram pesquisadas com algumas clínicas. Dessas clínicas, a maioria não realiza este exame, apenas uma, que é o Instituto de Radiologia de Natal, na unidade Tirol, somente. Porém, essa clínica não enviou, não deu retorno sobre a pesquisa mercadológica, certo? Então, infelizmente, a gente ainda não conseguiu, agora, para esse ano que vem, a Angiotomografia Coronariana, mas vai continuar a tentativa. E os outros dois procedimentos são Anuscopia, que é um procedimento diagnóstico, e a Mucosectomia, que é um procedimento que é pouco invasivo, mas que diminui muito a quantidade de cirurgias posterior ao paciente. Normalmente ela é realizada junto com a Endoscopia com o Anuscopia. Então, por essa pesquisa, vamos ter aqui que a Anuscopia o valor geral dela vai custar R\$ 277,00 reais, certo, pela tabela do COPIRN. Isso tendo em média os valores que foram repassados pelos prestadores de serviços de saúde. E a Mucosectomia vai custar R\$ 4.100,00, certo? Isso aí. Lembrando que a Mucosectomia vai ajudar a diminuir o gasto com outras cirurgias posteriores, como outras cirurgias em relação à Proctologia, Urologia e demais situações. No que foi interrompido pela Sra. Selma Santiago, que disse: “Nós temos todas as clínicas que fazem estes procedimentos e que responderam à pesquisa com os seus valores, após a resposta de pelo menos 3 clínicas; a gente faz uma média aritmética e obtém o valor daquele procedimento que está em pesquisa. Então, Charlyles já citou quais são os valores de cada um dos dois. A Anuscopia vai custar R\$ 277,00 na tabela, tá certo? E a Mucosectomia vai custar, que é um procedimento de alto custo, e de alta complexidade, um valor de R\$ 4.100,00. Infelizmente, Angiotomografia Coronariana, que já vem sendo solicitada por vários municípios, a gente ainda não conseguiu prestador.” Continuando: “Várias clínicas cardiológicas foram contactadas e não tivemos a informação, está certo? Então vamos protelar essa Angiotomografia para uma próxima assembleia extraordinária, caso nós tenhamos essa pesquisa, certo? Concluída, obrigado.” Vou agora passar para o Presidente Antonio Marcos Freire discutir a proposta do valor do contrato de rateio como obrigação estatutária, que é para 2026.” Novamente com a palavra, o Prefeito

Antonio Marcos Freire, Presidente do Conselho Diretor do COPIRN, assim abordou e encaminhou a discussão: “Pessoal, a gente discutiu bastante essa questão do rateio. Do reajuste desse valor. E na realidade, a gente uma hora quis botar a inflação, outra hora quis fazer um percentual. A gente discutiu vários pontos, várias sugestões. E o que a gente achou mais democrático? Foi dar um reajuste percentual linear. Então ficou na casa de 10%; como a gente, a maior parte dos municípios do COPIRN tem o cociente do FPM 0,6% e 0,8%. Eu, como municipalista que sou, fiquei preocupado com valores muito altos, porque termina que os municípios menores, eles têm mais dificuldades financeiras. Por questões óbvias e a gente não vai nem discutir isso pois a gente achou mais democrático sugerir a aprovação desse reajuste de 10% linear para todo mundo. Dos 158 municípios consorciados, 94 (noventa e quatro) tem o coeficiente de até 0,8%. E para a gente não penalizar muito os municípios menores, a gente sugeriu esse reajuste na casa de 10% para todo mundo; mas, se alguém quiser fazer algum comentário, aí fica à disposição”; pedindo a palavra e assim falando a Senhora Sheilla Verde, dizendo: “É, eu sou secretária de saúde de Angicos e vou ser bem sincera com vocês, o Copirn, a gente só consegue pagar com recurso próprio e temos dificuldade. A gente tá tendo muita dificuldade até de pagar o rateio, então.” Pronunciando-se, Antonio Marcos Freire: É esse, esse é o valor para a manutenção. Sheilla Verde: Exato, exato. Então, assim, eu discordo, sabe? Vou falar até pelo prefeito, porque eu sei da dificuldade que a gente tem de pagar ao Copirn. A gente só consegue pagar com recurso próprio. O Presidente Antonio Marcos Freire, esclareceu: É porque a gente não faz só o cálculo dos índices, a gente também tem que ver por outros itens que é por isso que a gente chegou, que talvez fosse, seja muito baixo isso em relação ao demais. É o que eu pelo menos eu fui contra aqui. Eu sou prefeito, como meu município também é muito pequeno. A gente vê muito essa questão financeira, porque seria bom que todo mundo contribuísse muito mais. Mas também tem essa questão do suporte financeiro dos municípios que a gente não pode estirar muito e que a maior parte dos consorciados são municípios menores, de porte até 0,8%. Indagando se a Senhora Sheila Verde ou alguém mais ainda tivesse alguma colocação ou discordância a fazer, disse que, se alguém quisesse fazer mais um pronunciamento, sintasse à vontade. Como não houve mais discussão sobre este assunto, submeteu à aprovação apelando para quem aprovasse permanesse como estavam, a proposta foi aprovada. Após isto, ainda houve uma fala de esclarecimento por parte da Diretora Executiva, Selma Santiago Nunes, que assim se expressou: Quero informar que, sempre após a aprovação do aumento da cota do rateio para todos os municípios é feita uma resolução. Essa resolução é publicada, tá? E com isso consta em ata. De qualquer maneira, toda a nossa assembleia, ela é digitada e publicada. A ata é encaminhada para todos os municípios, além de constar a ata no nosso site. Ela é encaminhada para todos os municípios, certo? Dando continuidade, disse: Eu gostaria de convidar o advogado Luiz Augusto Galvão Souza, assessor jurídico do COPIRN, para tecer comentários aqui sobre a correção salarial. Dr. Luiz Galvão: Bom dia a todos e todas. Esse item de aprovação da correção salarial, ele se refere a questão de que, em cima do índice inflacionário que nós trabalhamos, todas as assembleias que nós buscamos esse índice para que os salários eles acompanhem pelo menos a questão inflacionária. Permanece anualmente, então isso é previsto. Nosso contrato e o índice que nós buscamos foi o IPCA, e foi um índice que foi calculado no período da última Assembleia até a véspera, até outubro deste ano. E ele ficou na faixa de 4.27%, conforme tem nos informes da data da nossa assembleia. Então esse seria o valor, não é valor de IPCA, uma correção salarial. Não se trata de aumento nenhum, apenas uma correção para que esse valor acompanhe o Índice inflacionário e aí a gente coloca em votação a todos que estão presentes na assembleia com relação a esse índice de IPCA, essa correção. Passo a palavra ao presidente do consórcio. Com a palavra, o Presidente Antonio Marcos Freire, disse que estes esclarecimentos são dados para que se possa esclarecer ou rebater, se alguém tem alguma pergunta. É o índice de reajuste do pessoal aqui do Consórcio, dos servidores. Isso já é foi aprovado em Assembleia anterior. Acho que é há duas assembleias. Eu também, sinceramente, eu não vou rebater. Eu sou a favor de uma de uma negociação, mas como já foi discutido antes, nesta Assembleia, a gente não vai dificultar. Portanto, pessoal, os que concordam permaneçam como estão. Aprovado. Obrigado. Retomando a palavra, a Diretora Executiva, Selma Santiago, disse:

Nós vamos inverter um pouco a ordem aqui. Nós vamos colocar a informação da retomada do Convênio de Educação Ambiental. Para que Francisco Alves, Coordenador de Planejamento, Gestão e Inovação do COPIRN, possa dar um informe e, em seguida, o Assessor Jurídico Luiz Galvão, também fazer alguma complementação. Depois, Francisco Alves, nós passaremos para o item 7, que é um pouco mais demorado, está bom? - Então, por favor, dê o informe aqui, certo? Rápido do Projeto relativo ao Convênio da Educação Ambiental. Com a palavra, o Coordenador do Projeto, Francisco Alves da Costa Sobrinho: Trata-se do Programa de Educação Ambiental em Saúde, voltado especificamente para o combate aos agravos do Mosquito Aedes Aegypti, causador da Dengue, Chikungunya, Zika vírus e Febre amarela. É o resultado de um convênio firmado entre o COPIRN e a FUNASA para atender 65 municípios do Rio Grande do Norte, municípios que à época foram identificados a partir de uma pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde, que identificou os agravos em relação a dengue, a Chikungunya e a Zika vírus, essas arboviroses provocadas pelo Aedes Aegypti e que, a partir daí, montou-se um projeto itinerante. O projeto voltou-se para esse combate. Nesse projeto, ele foi dividido em quatro etapas, quatro fases, desde a primeira etapa, constituída por 13 municípios que foram percorridos pelo COPIRN e seus parceiros. Na segunda etapa mais 13 municípios, totalizando 26 municípios. Iniciamos a terceira etapa, que é uma etapa dobrada com 26 municípios, fizemos o primeiro município da terceira etapa, que foi Alexandria, exatamente já no Oeste, depois de Mossoró etc. Quando houve a extinção da Fundação Nacional de Saúde por um ato (Medida Provisória) do Presidente da República, que, em 2 de janeiro, extinguiu a Funasa. E aí esse programa foi paralisado, e tivemos um prejuízo grande em relação ao atendimento da população e nos procedimentos que deveriam ter sido realizados. Mas a FUNASA agora retornou. Os recursos estão sendo repassados para o Consórcio, referentes ainda a segunda etapa concluída há dois anos; e agora estamos renovando o Convênio e retomando, possivelmente, em março do próximo ano. Assim, deveremos realizar a terceira e a quarta etapas. A terceira etapa deverá ser concluída de março a julho. E a quarta etapa está programada para ser percorrida a itinerância de julho a outubro ou novembro do próximo ano. Então, isso aí compondo um total de 38 municípios que faltam ser percorridos. Por isso, nós cumprimos integralmente esse projeto de Educação Ambiental em Saúde, um projeto que tem contribuído, contribuiu muito à época para baixar as infestações, para melhorar as condições de saúde da população nessa área, como apontaram os levantamentos e as pesquisas. As análises, as informações, demonstram bem isso e agora nós estamos incorporando nesse projeto novos parceiros. Esse projeto, além de ser um convênio da Funasa com o Copirn, incluiu como parceiros, por exemplo, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o seu centro de Biotecnologias com o Departamento de Entomologia, que disponibilizou para o projeto o Laboratório de Entomologia e o Laboratório de Insetos Vetores. Através dos quais, professores doutores, técnicos e estudantes da Universidade participaram e querem continuar participando conosco ativamente, nos períodos anteriores e agora durante esse novo período. Esse projeto ele deu grande contribuição nos 27 municípios percorridos. Ele formou, ele qualificou 850 agentes municipais de saúde, agentes municipais de endemias, o pessoal da área da proteção, defesa civil, também profissionais da educação, da saúde e da assistência social. Formamos 850 agentes e que são hoje agentes também de combate a essas arboviroses, preparados para trabalhar as questões ambientais. Então, é um projeto significativo e vai ser retomado agora, a partir de março, quer dizer, a partir do próximo mês de janeiro, a gente já está articulando a formação das equipes. Os procedimentos técnicos todos e certamente o projeto vai ter vigor equivalente ou superior ao que teve na sua fase inicial. Dando continuidade, novamente a Diretora Selma Santiago passa a palavra para o dr. Luiz Galvão, Assessor Jurídico, antes dizendo: Luiz, por favor. A gente está com um probleminha com relação a alguns municípios aqui que estão nessa terceira e na quarta fase do projeto de educação ambiental e Luiz vai tecer comentários sobre algumas inadimplências que a gente tem. De alguns municípios, por favor, doutor Luiz Galvão; tendo mesmo assim se pronunciado: Bom dia, mais uma vez a todos. Nesse projeto, que o Coordenador de Planejamento e Gestão, Francisco Alves, informou, nós detectamos o fato de que alguns municípios contemplados estão com algumas obrigações perante o consórcio a serem cumpridas. Por

exemplo, existem alguns municípios que nem o primeiro aditamento ao contrato, que teve aquela atualização que vocês estão aqui, maioria, quase todos fizeram, eles, nem esse aditamento foi aprovado, ou seja, a obrigação principal do município. Essa é uma questão documental, cuja obrigatoriedade é irrefutável. E, em casos desta natureza, precisamos estar atentos para isso. Não pode o município fazer parte do consórcio e dele obter todos os benefícios, ser igualmente contemplado nos seus programas, projetos, atividades e ações, se estiver e se mantiver irregular e faltoso com suas obrigações. Essa é a primeira, primeira questão e o que a gente precisa é atentar para isso. Neste caso, nem a documentação legal com relação ao contrato foi atualizada. A segunda questão é que esses municípios foram contemplados com esse projeto, projeto muito importante, como informou o professor Francisco Alves, aqui e agora. O fato é que alguns municípios, felizmente poucos, estão inadimplentes com relação ao rateio e com a documentação não formalizada devidamente e, também pela não formalização do rateio, existindo um rol de inadimplência com 16 municípios, apontada hoje no quadro social, conforme pode ser visto na tela. Desses 16 municípios, existem oito que foram contemplados com esse projeto e continuam inadimplentes. Ou seja, são 2 questões importantes e legais que aquele município consorciado, ele tem que cumprir perante o consórcio para se manter regularizado e fruir de todos os benefícios que o COPIRN pode lhe proporcionar. Consórcio é uma ferramenta compartilhada entre os municípios e se existe alguns municípios que estão com pendências em relação à documentação, como eu falei aqui e com relação também a questão do rateio e se faça imediatamente, é essa atualização. Inclusive, nós vamos até enviar um comunicado para esses municípios para que sejam atualizados, porque esse projeto já está em andamento e é um projeto importante, sem custos para o município, e que tá gerando essa preocupação aqui com o consórcio e com os demais municípios que são consorciados. Essa questão justamente está na falta de documentação legal, ocasionando inadimplência. Então, essa é a informação que eu gostaria de trazer aqui para a assembleia. Portanto, se tem algum município que está pendente com a documentação ou inadimplente, que procure o consórcio para que faça a regularização da documentação e dos débitos que estão em aberto. Essa é a informação que trazemos para vocês. Agradeço. Muito obrigado. Sobre este tema, falou o Prefeito Antonio Marcos Freire, Presidente, dizendo: Nós fizemos uma lista desses municípios inadimplentes, não só os do projeto, mas também o geral. Inclusive, se algum por acaso não queira participar mais do consórcio, porque a gente precisa que essa documentação esteja regularizada e que eles estejam adimplentes, nada mais justo, que são município que pagam ao rateio, se outros municípios não pagam. Todos têm que contribuir com o consórcio, é um compartilhamento de montante. Todos se unindo para que a gente possa construir mais projetos. Então foram notificados e a gente vai refazer essas notificações. E esse projeto, como o doutor Francisco Alves falou, já está em andamento. Então é um projeto muito importante. Gostaria de ressaltar isso e nós vamos fazer de todas as formas, tentar regularizar essas questões. Muito obrigado. Tomando a palavra, a sra. Selma Santiago falou: Mostrando aqui no quadro, vocês viram que a gente tem listado, foi apresentado 16 municípios que estão com problema da documentação. Desses 16, oito estão sendo citados no Projeto de Educação Ambiental; é isso que nós vamos refazer as notificações. E, em seguida: Nós gostaríamos de convidar, Francisco Alves da Costa Sobrinho, o Coordenador de Planejamento Gestão e Inovação, para que a gente possa fazer comentários sobre toda apresentação dos arranjos para gestão conjunta de resíduos sólidos. Em sua fala, assim se pronunciou o Coordenador de Planejamento, Gestão e Inovação do COPIRN: Nessa discussão toda, é bom lembrar que essa questão do Consórcio não se limita a esse programa que foi apresentado. Nós temos hoje, em execução e para iniciar, cerca de 35 programas com projetos e ações. Desde o Programa, Projetos, Atividades e Ações de Atendimento de saúde, passando pelo programa de Planejamento sistêmico que nos leva a construir e/ou atualizar os Planos Municipais de Saneamento Básico, e demais Planos Municipais, como Plano Diretor, Planos Setoriais, os Códigos dos municípios etc. Contribuindo com isso, implementando e gestando elementos de organização, métodos e serviços, como o SIM - Serviço de Inspeção municipal. E tantos outros que caberia até fazer uma leitura aqui, como nós fizemos na assembleia do ano passado. A gente pode informar isso, e estamos informando, via os órgãos de comunicação do Consórcio, ao publicar, inclusive, a lista dos atuais

Planos, Programas, Projetos, Atividades e Ações, os quais o COPIRN está disponibilizando para municípios e os municípios que estão participando ativamente, numa ampla repercussão, ensejando um amplo benefício para os consorciados, desde que o município esteja em dia de suas obrigações. Essa é uma questão que a gente tem que realmente continuar discutindo e reordenando. Não há nenhuma intenção do consórcio, pelo que eu conheço, de prejudicar município, de punir, de excluir, muito pelo contrário. Consórcio Público é um ente do processo municipalista, um consórcio de municípios deve ser voltado para as diversas atividades e ações. No caso do COPIRN, ele é multifuncional e multifuncional, estando habilitado como instrumento e ferramenta de gestão do município. Trata-se de um instrumento que é capaz de ajudar, de possibilitar melhores condições de gestão para o município. Essa é a intenção do COPIRN, e essa é a razão que nos move a estar aqui no Consórcio. Nós estamos aqui como defensores do município, da gestão municipal, como instrumento de gestão capaz de mobilizar os municípios em função dos interesses das suas comunidades etc. Agora, em relação a gestão conjunta de resíduos sólidos urbanos, que é um dos grandes programas de Consórcio e Prefeituras, nós vimos de muito tempo trabalhando com questões do Saneamento Básico, que abrange os quatro (4) componentes do saneamento, ou seja: o Abastecimento de Água, a Drenagem das águas pluviais, o Esgotamento Sanitário, e os Resíduos Sólidos; incluindo, inclusive, questões de saúde e a questão da Educação Ambiental e Sanitária. Essa é uma das principais bandeiras do Consórcio, através da qual nós nos deslocamos durante anos, desde anos atrás, elaborando ou contribuindo para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico de cerca de 60 municípios. Com isso, favorecendo o município, porque eles passem a conseguir captar recursos federais, recursos nacionais e internacionais, plenamente habilitados para tanto. Este processo vem dando esse suporte aos municípios. É para que para que eles se estejam permanentemente habilitados. Hoje nós estamos com os Planos Municipais de Saneamento Básico quase todos já defasados, com validades vencidas, carecendo de atualização; e o COPIRN está com um Programa de Atualização de Planos Municipal de Saneamento Básico, à disposição de todos os municípios consorciados. Em relação, especificamente, ao componente relativo ao manejo e destinação de resíduos sólidos, que é um dos componentes do saneamento básico, nós temos uma ação e estamos voltados para isso, inclusive temos aprovados projetos voltados para a região do Agreste e para a região do Mato Grande, além da possibilidade e de elaboração de outros projetos em outras regiões, que poderão ser igualmente aprovados, como estes que já estão habilitados pelo COPIRN para serem subsidiados com recursos da Caixa Econômica Federal e do BNDES. Esses foram projetos colocados pelo COPIRN, convocados em nível nacional. À época, foram aprovados. 67 projetos no Brasil, dentre eles, os dois projetos do Rio Grande do Norte, projetos do PAC, e nós estamos hoje entre os 17 primeiros, dos quais 12 já foram convocados (estão convocando de 6 em 6, foram convocados 6, depois mais seis = 12), agora na próxima convocação certamente entrarão os projetos do COPIRN, nós estamos na lista como 17, entrará até o 18. Então, certamente, a gente tá ali. Mas, independentemente disso e afora isso, a gente vem acompanhando e trabalhando junto aos municípios consorciados as questões diversas de Saneamento Básico; e essa de resíduos, que são hoje colocadas, encontra-se com muito aperto nesse momento, prefeitos todos sabem disso, os gestores todos sabem disso, pois extinguíram-se todos os prazos de tolerância em relação a resíduos sólidos dos municípios. A existência de lixão, a existência de alguns elementos que contribuem para a degradação do meio ambiente, são agora fortes argumentos de punição e até de criminalização. Então, esses prazos se encerraram, foram prorrogados inúmeras vezes e tal, e hoje os municípios que não fizeram e que não se abrigaram em obediência ao rigor com as normas da legislação ambiental e saneamento básico, eles estão sendo criminalizados. Ou seja: os prefeitos estão sendo criminalizados. Desde que sejam identificados em questões dessa natureza. Então, por essa razão, nós estamos fazendo com os municípios um novo rearranjo. Para tanto, estamos alertando, reunindo e discutindo, com muita frequência, e semanalmente estamos recebendo ou visitando os municípios, reunindo com os prefeitos e demais gestores e técnicos, na tentativa de que possamos contribuir para resolvermos esta questão. Neste sentido, com o pessoal desta área, a partir da constituição de um Grupo de Trabalho e da Equipe Técnica do

COPIRN, temos os arranjos feitos até agora com grupos de municípios, podendo já ser denominado os até agora constituintes dos seguintes grupos: O grupo de Pedra Grande (Parazinho, Pedra Grande e Caiçara do Norte). Nós estamos contando os desse caso com sede em Pedra Grande e já está lá no terreno do antigo lixão, o Projeto de Recuperação da Área Degradada – PRAD, em plena execução com os lixões extintos e cercados e tal. Esse programa, inclui uma estação de transbordo e a triagem de resíduos sólidos urbanos. Também a parte de transporte e destinação final, ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos, recuperação do lixão e a questão da coleta seletiva e da educação ambiental. Todo esse trabalho está montado nesse novo arranjo. O grupo Caiçara do Rio do Vento (Caiçara do Rio do Vento, Jardim de Angicos e Pedra Preta), também com uma perspectiva de instalação de unidade de transbordo de triagem. Lá deverá ter triagem de resíduos, o transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, a recuperação do lixão, a coleta seletiva em todos eles, o ordenamento da questão dos catadores e recicladores, através de cooperativa ou associação. Para isso, nós temos um Termo de Cooperação com a OCERN - Organização das Cooperativas do Rio Grande do Norte, o SESCOOP, o Serviço Social de Cooperativismo e com a FECOERN, Federação das Cooperativas de Energias e Combustíveis e do Desenvolvimento Sustentável do RN. Estão dando suporte ao COPIRN, participando, acatando e apoiando as iniciativas, considerando-se que o consórcio não dispõe de recursos próprios para fazer isso; mas tem parcerias firmadas que disponibilizam recursos humanos, materiais e até financeiros. Para que isso seja realizado. Por outro lado, nós estamos mobilizando junto, por exemplo, ao governo do estado, de início com o IDEMA, os organismos de controle, Ministério Público, com os quais nós temos nos reunido frequentemente, justamente para evitar esses problemas da punição ao prefeito, sabendo-se que tudo isso “sobra” para o prefeito, CPF do prefeito, qualquer coisa que seja feita e agora é criminalizado. Quer dizer, é problema. Além dos dois agrupamentos citados, há outro grupo cogitado e em possível formação. É o grupo de Macau, que poderá reunir Macau, Pendências, Alto Rodrigues, Guamaré e Jandaira, também com estação de transbordo e triagem de resíduos, uma unidade de triagem colocada, possivelmente, lá em Macau. O transporte, destinação final, final ambientalmente adequado dos resíduos sólidos e a recuperação do lixão de Macau, que nós estamos trabalhando para recuperar. Projeto de Recuperação da Área Degradada do lixão, nesse sentido que nós temos nos mobilizados juntos, como eu disse, em reunião com prefeitos e os gestores dessa área de resíduos, e buscado cooperação com outras entidades. Por exemplo, hoje nós estamos participando de um grupo de trabalho junto ao Ministério do Meio Ambiente, ao Ministério das Cidades e a FUNASA. Foi criada uma equipe, um grupo de trabalho, na base. Eu fui solicitado para participar desse grupo, estou participando. Por outro lado, objetivamente, há um grupo de trabalho que está atuando neste processo, constituído por técnicos externos e a nossa equipe de trabalho interno do COPIRN, dispondo de pessoal qualificado na Engenharia Ambiental, Sanitária e Civil etc., Técnicos de alto nível da área. Com isso, estamos dando essa contribuição substancial para os municípios. Estamos integrados nessas atividades. Que vão ter continuidade já a partir da virada do ano, trabalhando-se com estes arranjos todos, já colocados e em fase de acertos finais com os municípios, fazendo-se as contratações, convênios e demais instrumentos legais. É isso! – Neste momento, o Presidente Antonio Marcos Freire, dirigindo-se aos gestores e demais presentes, de forma presencial e online, perguntou: alô pessoal que está online e os que estão presenciais aqui, querem comentar sobre a assembleia, sobre algum item? Fiquem à vontade, por favor! Fazendo uso da palavra, sobre a questão do aterro sanitário, abordada, o Senhor Pedro Alves Neto – Assessor da Prefeitura Municipal de Jardim de Angicos, assim se expressou: Eles me acompanharam muito, bastante, inclusive lá em Martins. Nós temos uma nova gestão. Agora, desde a gestão anterior de Martins, é uma cidade que produz muito lixo. E nós temos um lixão em Martins, que é colocado na comunidade; que é prejudicial à gente e a vida lá em Matriz. E eu queria ter uma forma de resolver. Entramos com a ação sobre o lixão público. Enrolado há quase 5 anos, tá certo? Isso nunca foi resolvido. Outros pontos estipulados, principalmente com ele e o problema de Martins. Acredito que ele já induziu quando contratou a higiene ambiental, fez o levantamento. Quantos carros que seriam necessários para tirar o lixo. Em Martins, o lixo é jogado na Serra, tá aí qual é o problema na Serra, é um show!

um desce pra barragem de Santa Cruz. Tá contaminando, entendeu? Essa questão de Martins estava muito intencionada para resolver o problema de Martins e de outras regiões. É isso que eu gostaria de colocar aqui porque tem muitos municípios que já podem, por exemplo, até abril, atender pra resolver esse problema. Da questão do Ministério Público no Oeste, não tinha a mesma condição porque não tinham Aterros Sanitários. Foi feito um aterro sanitário agora, em Rodolfo Fernandes, que tem capacidade de receber 600 t por dia. Francisco Alves: Nós participamos das elaborações dos Planos Municipais de Saneamento Básico dos municípios da região do Alto e Médio Oeste. Passamos longa temporada lá, com escritórios do COPIRN em Caruabas e Pau dos Ferros. Trabalhamos e acompanhamos, sempre que solicitados, até hoje. Dentre esses, agora, o último foi o de Apodi. Hoje esses Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) estão todos, praticamente todos vencidos e devendo ser atualizados, tirando Apodi. Nós temos um Programa de Atualização dos PMSBs; queria aproveitar para mais uma vez informar para os gestores e técnicos municipais. O Programa de Atualização de Planos Municipais de Saneamento de Básico, que deixa o município redondinho em condições de fazer captação de recursos e cumprir com todas as exigências legais. Inclusive, na elaboração dos planos de saneamento básico, nós indicamos onde tem recursos para o município captar, nós ajudamos a elaborar os projetos e captar esses recursos, considerando que só assim a Prefeitura estará em condições de fazer isso, como sempre foi exigido, agora cada vez mais do que antes. Dispomos de uma equipe pronta para trabalhar, isso é, desde que o município se disponha a atualizar o seu Plano Municipal de Saneamento Básico e dos demais Planos Municipais setoriais e Códigos, que são os seus instrumentos legais, tornando-o apto para os seus atos de planejamento e gestão. Esclareço que o município tem, dentro do Plano de saneamento básico, o seu plano de gestão de resíduos sólidos, pois ele é obrigado a ter um instrumento sólido nesta área. Nele encontra-se tudo isso, Plano de gestão de água, de resíduos, da drenagem, das águas pluviais etc. Quanto a Aterro sanitário, pelo que sabemos, o último constituído foi o de Rodolfo Fernandes. Que também que deveria estar atendendo Martins, pois está atendendo Portalegre, aquela rede todinha ali e tal. Desse aterro sanitário acompanhamos parte da discussão dele, a partir das questões da discussão técnica. De certa maneira, contribuimos para amenizar questões de impactos ambientais que poderiam ocorrer e que foram aliviados. Nas tentativas de esclarecimentos quanto a estas questões, nós procuramos sempre estar atualizados e atentos, procurando nos atualizar e participar dos eventos discussões e orientações emanadas dos entes federativos e, principalmente, dos órgãos de controle. Para que tenhamos condições de contribuir, efetivamente, na resolução de problemas desta natureza, com as Prefeituras e Prefeitos dos municípios consorciados. Neste sentido, nos reunimos com o CAOP do Ministério público e com o IDEMA, participamos das discussões e nos propusemos a ajudar a região a resolver a questão e estamos ajudando concretamente. De maneira que o Ministério público determinou que o município de Rodolfo Fernandes e a empresa Oeste ambiental, recuperassem a área e resolvessem a questão da área degradada, com ações de arborização, mas não tinha mais onde fazer isso. Novamente participamos da discussão e não só sugerimos uma solução como contribuimos e ainda estamos contribuindo para resolver e solucionar o problema, ajudando a resolver duas questões com uma solução irmanada, por compensação. Assim, foi encaminhada resolução para as questões ambientais em Rodolfo Fernandes e em Ceará-Mirim, ao mesmo tempo em que se favoreceu a Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim na sua construção, ambientação, inauguração e funcionamento do Parque Municipal da Boca da Mata, nascendo daí um belíssimo e útil instrumento de preservação ambiental – com o plantio de 16.642 árvores ativas e frutíferas, e a disponibilização da área do Parque para usufruto da população, servindo, ao mesmo tempo como parque ambiental, embelezando o lugar e proporcionando espaços para as caminhadas e saudáveis práticas de esportes e lazer, favorecendo o aspecto térmico, a arborização preservando espécies de árvores nativas e frutíferas, que estimulam e alimentam a vida animal ao redor, proporcionando melhorias na saúde física e mental e no sistema imunológico, aumento na capacidade de contemplação e da sensação de bem-estar, proteção contra a geração de gases e demais elementos de efeitos danosos, além de proporcionar amplas condições de melhoria do clima e demais benefícios ao meio ambiente e à própria condição de sobrevivência do

planeta. Assim, estamos terminando de ajudar a construir neste programa de arborização, proporcionando a doação de mudas de árvores nativas e frutíferas, sem custos financeiros para os municípios, realizando-se a implementação da Área de Proteção Ambiental em Ceará-Mirim, como temos feito em outros municípios com as Prefeituras consorciadas, lhes favorecendo na implementação de projetos em parcerias, como os Projetos “Quintais Produtivos”, “Plante com responsabilidade” e na arborização de praças e logradouros públicos nos municípios. Neste campo, essa em sido a nossa contribuição aos municípios consorciados, através do COPIRN. Presidente Antonio Maros Freire: Pessoal, o Prefeito Marco Aurélio quer falar. Prossiga, amigo. Prefeito Marcos Aurélio Rêgo, de Riacho da Cruz: É, queria só fazer um adendo na fala do prezado Francisco Alves, aí, e dizer que: na nossa região, aqui o consórcio CIMOP, nessa área de resíduos, á título de informação: dos 37 municípios que são que estão consorciados, nós hoje temos 30 municípios levando o resíduo ao aterro. E nós estamos fazendo um trabalho em parceria com o Sebrae relacionado à coleta seletiva. Tem 14 municípios já. Com o recurso do PAC para 4 galpões de triagem. Estamos tentando conseguir reverter esses recursos que seriam destinados para construção de novas estações de transbordos e aquisição de equipamentos. E paralelo a isso.: Está sendo feito um trabalho. Projetos de recuperação das áreas degradadas através do PAC, que a gente está sendo colocado. Então aqui a gente está bem avançado nessa área. Desde 2023 que o aterro está funcionando legalmente, devidamente licenciado e a gente está trabalhando isso de perto. Essas são as colocações que eu queria fazer, inclusive, Martins é um dos municípios que tem levado. Obrigado. Antonio Marcos Freire: Obrigadão, amigo. Continuando: Pessoal, só para aproveitando aqui a questão do resíduo sólidos, é que é todo município tem um. Um itenzinho lá, para resolver que o consórcio ele está à disposição, tá gente? Está à disposição qualquer dúvida, qualquer problema, qualquer situação, procurem aqui, o pessoal do consórcio, tem a equipe técnica muito boa e bem-preparada para tentar ajudar os municípios. A gente inclusive sente falta dessa procura aqui no consórcio, mas tá todo mundo aqui à disposição, sintam-se à vontade para procurar a hora que for, qualquer coisa pega os contatos, telefone, marca aqui uma hora e podem vir que tá todo mundo à disposição. E, para encerrar, queremos desejar a todos vocês um Feliz Natal, um próspero Ano-Novo, que 2026 seja melhor que 2025 para todo mundo, que a gente consiga fazer aquilo que a gente foi incumbido de fazer, que é tentar trazer melhorias para nossa população, porque isso é o pensamento comum a todos nós. Muito obrigado pelas presenças, tanto do pessoal que está aqui na sala quanto ao pessoal que tá online. Muito bom e, mais uma vez, quero, com alegria, agradecer a todos, dando por encerrada a reunião. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Antônio Maros Freire deu por encerrada a reunião de Assembleia Geral do COPIRN, e determinou que eu, Francisco Alves da Costa Sobrinho, Secretário Ad-hoc, lavrasse a presente Ata que, depois de lida e achada conforme, vai por mim assinada, juntamente com o Presidente Antônio Marcos Freire e por Selma Santiago Nunes, Diretora Executiva do COPIRN, a qual será publicada e poderá servir para os devidos fins e efeitos.

ANTÔNIO MARCOS FREIRE

Presidente

SELMA SANTIAGO NUNES

Diretora Executiva

FRANCISCO ALVES DA COSTA SOBRINHO

Secretário Ad-Hoc

Publicado por:

Ailton da Silva Costa Junior

Código Identificador:CC3F82E6

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI**

**GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 170, DE 12 DE JANEIRO DE 2026**